



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

Imperialismo, sionismo e wahhabismo

as fontes da violência contra povos e nações
Marcelo Buzetto

Como citar: BUZETTO, M. Imperialismo, sionismo e wahhabismo: as fontes da violência contra povos e nações. *In:* BARBOSA, J. R.; HERNÁNDEZ, O. A. P. (org.). **Extremismos políticos e direitas:** Bolsonaro, Trump e a crise das “democracias”. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 181-210. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-227-7.p181-210>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CAPÍTULO 8

IMPERIALISMO, SIONISMO E WAHHABISMO: AS FONTES DA VIOLÊNCIA CONTRA POVOS E NAÇÕES

*Marcelo BUZETTO*¹

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo principal analisar um conjunto de ideias profundamente conservadoras e antidemocráticas que são responsáveis por ações políticas e militares cujo resultado, ao longo dos séculos, foi a criação de regimes e governos acusados de apartheid, de limpeza étnica e de genocídio. Imperialismo, sionismo e wahhabismo atuam conjuntamente na região conhecida como Oriente Médio (Ásia Ocidental), e o principal exemplo de intolerância e extremismo dessas ideologias e doutrinas se manifestou na operação planejada de destruição da República Árabe Síria.

Desde a origem da propriedade privada, do Estado e das classes sociais, a violência tornou-se um método sempre utilizado pelas classes

¹ Marcelo Buzetto é Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP e realizou Pós-Doutorado em Ciência Política na Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp. Membro do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais NEILS/PUC-SP. Presidente do Instituto de Estudos sobre Geopolítica do Oriente Médio (IGEOP) e integrante da Secretaria de Relações Internacionais do Movimento Sem Terra (MST). <https://orcid.org/0000-0001-9796-484X>. <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-227-7.p181-210>

dominantes para assegurar seus privilégios e seu poder econômico e político. Os impérios ou potências regionais também se utilizaram da violência através das guerras pela conquista de novos territórios. Com o surgimento do modo de produção capitalista cria-se um verdadeiro mercado mundial, e a internacionalização das relações de produção, dos conflitos sociais e das diferentes formas de luta pelo poder torna-se uma realidade.

Tal processo de expansão mundial sempre foi desigual e contraditório, criando uma Divisão Internacional do Trabalho baseada na exploração da maioria de povos e nações por um punhado de potências capitalistas industrializadas. O capitalismo, desde sua origem, sempre teve como uma característica intrínseca ao seu processo de expansão mundial a violência, a intolerância, o genocídio de populações nativas. O capitalismo comercial nasce criando o Sistema Colonial, e o colonialismo produziu milhões de vítimas em todo o planeta. Todo tipo de colonialismo resultou nas mais cruéis formas de dominação e opressão já conhecidas pela humanidade. O capitalismo industrial vai aperfeiçoar esse método de uso da violência extrema contra povos e nações que insistem em se rebelar diante da imposição de relações sociais e econômicas que atendem aos interesses do grande capital europeu ocidental. Com o capitalismo financeiro em expansão, entre o final do século XIX e início do século XX, temos a multiplicação de conflitos, de guerras, de rebeliões e de revoluções, entre elas as guerras interimperialistas, pela disputa dos mercados, dos territórios considerados estratégicos e dos recursos naturais. Consolida-se, nesse período, o neocolonialismo ou imperialismo.

Consideramos que o imperialismo, assim como o sionismo e o wahhabismo, são três interpretações da realidade econômica, política, social e cultural que serão transformadas em ação política e em referência na análise e condução da política externa e da política internacional, tanto por organizações, grupos e partidos políticos, como por governos de determinadas nações. O que imperialismo, sionismo e wahhabismo tem em comum? São um conjunto de ideias que se transformaram numa corrente do pensamento contemporâneo que influencia as relações internacionais. Além disso, tornam-se aliados nos assuntos que tratam da política regional no chamado “Oriente Médio” e entorno. Também seus métodos para a

conquista de territórios e resolução de conflitos são os mesmos, e em muitos casos, atuam de maneira conjunta e coordenada, visando enfraquecer, desestabilizar ou eliminar aqueles indivíduos, organizações ou governos considerados uma ameaça a seus interesses estratégicos numa determinada região do planeta.

A atuação conjunta e coordenada de forças políticas e militares imperialistas, sionistas e wahhabistas na República Árabe Síria, nos últimos dez anos, podem confirmar essa contundente afirmação. A Síria tem sido vítima da maior agressão externa já praticada nesse início de século. São dez anos de ataques cotidianos de uma coalizão político-militar liderada pelo governo dos Estados Unidos da América (EUA), com apoio de seus aliados: Inglaterra, França, Arábia Saudita, Qatar, Emirados Árabes Unidos, Jordânia, Turquia e Israel (BUZETTO, 2019a, p. 13-14). Entre as organizações internacionais que deram apoio à guerra contra a Síria temos: Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), União Européia, Conselho de Cooperação do Golfo e Liga Árabe. Aliados a estes países e organizações estão uma variedade de grupos terroristas, que atuaram principalmente entre o Iraque e a Síria, recebendo armas e munições, apoio financeiro e logístico, informações estratégicas e apoio de exércitos regulares, como a ação das Forças Armadas de Israel, EUA e Turquia. Todos os países citados, de alguma maneira, contribuíram para o nascimento e sustentação de organizações terroristas como o Estado Islâmico do Iraque e Síria (ISIS), o Exército Livre da Síria (FSA) ou a Frente Al-Nusra (agora chamada de Jabhat Fateh al-Sham), entre outras.

O pensamento imperialista, sionista ou wahhabista tem uma interpretação da realidade muito influenciada pela intolerância e pelo racismo. O pensamento imperialista elaborou argumentos justificando a escravização, o colonialismo e a violência contra povos que não aceitavam ser oprimidos por determinada potência industrial-capitalista.

O pensamento sionista procura justificar o direito dos judeus europeus-ocidentais de colonizar a Palestina, tendo como objetivo a expulsão dos árabes dessa pátria ocupada, através da implantação de um regime baseado no apartheid, na limpeza étnica, no racismo e no genocídio.

O pensamento wahhabista faz parte do conservadorismo desenvolvido no mundo árabe e no mundo islâmico, com uma interpretação muito particular e equivocada dos fundamentos da religião criada pelo Profeta Maomé. Sua influência está presente na construção da Arábia Saudita e outras monarquias árabes, bem como em organizações terroristas como Al-Qaeda e ISIS.

Os wahhabistas sempre estiveram na vanguarda da luta contra o comunismo e contra o nacionalismo árabe/nasserismo/pan-arabismo. E, desde 1979, também estabelecem como um dos inimigos principais o governo da República Islâmica do Irã, que adotou essa denominação após um referendo popular com intensa participação de todos os segmentos da sociedade. Governos e organizações wahhabistas se tornaram o aliado ideal do imperialismo britânico, estadunidense e europeu-ocidental, que sempre buscou cooptar lideranças da elite/burguesia em toda a Ásia Ocidental (Oriente Médio). Nos últimos vinte anos se destacaram pela desestabilização de países como Afeganistão, Iraque, Síria e Iêmen. Seus alvos principais são muçulmanos xiitas, cristãos, curdos, yazidis, sufis, considerados “infiéis” que impedem a constituição do “Califado Islâmico”. Interessante notar que a atuação desses grupos e organizações terroristas influenciadas pelo wahhabismo sempre adquire projeção em nações cujos governos entram em conflito com os interesses estratégicos e geopolíticos dos EUA, França, Inglaterra ou seus aliados regionais. Não temos atentados terroristas wahhabistas ocorrendo na Turquia, na Arábia Saudita, no Qatar, nos Emirados Árabes Unidos, em Omã ou em Israel, que poderia ser um alvo prioritário, já que é a mais perfeita representação dos valores ocidentais e anti-islâmicos na região da Ásia Ocidental, tendo ocupado militarmente cidades onde estão locais sagrados do Islã, como é o caso de Al-Quds (Jerusalém) e Al-Khalil (Hebrom), na Palestina.

Portanto, identificamos um vínculo muito forte entre essas três expressões de um pensamento conservador, antidemocrático e racista, que se utiliza do colonialismo, da guerra de conquista e do terrorismo para impor seus interesses econômicos e políticos a um grande número de povos e nações oprimidas.

IMPERIALISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A GUERRA DE CONQUISTA E A VIOLÊNCIA COMO INSTRUMENTOS DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

A guerra sempre fez parte da política expansionista dos países imperialistas, pois o controle dos recursos naturais e de um determinado território sempre teve um papel estratégico na luta de classes e na luta entre as nações opressoras e as nações oprimidas. Desde o final do século XIX, o processo de desenvolvimento e expansão mundial do capital e do capitalismo fez com que a guerra se transformasse numa das principais formas de acumulação de capital para a classe dominante das potências capitalistas centrais, principalmente para a classe dominante da potência hegemônica do momento.

Além disso, as potências capitalistas da época precisavam de novos mercados consumidores para seus produtos industrializados. A África, a Ásia e a América Latina serão territórios disputados através de guerras de conquista, guerras civis ou golpes militares com a participação direta ou indireta do capital e dos exércitos imperialistas.

Preocupados em compreender as desigualdades do desenvolvimento mundial do capitalismo, alguns autores marxistas, como Rosa Luxemburg, Nicolai Bukhárin e Vladimir Lênin - vale lembrar que não eram os únicos - procuraram dar mais consistência à explicação sobre a fase imperialista do capitalismo. Os teóricos críticos do imperialismo também se esforçavam para destacar o papel do militarismo e da guerra como formas de acelerar o processo de acumulação de capital da classe dominante dos países centrais. Um exemplo disto são os textos de Rosa Luxemburg, onde a mesma afirma que o militarismo

[...] desempenhou papel decisivo na conquista das colônias modernas, na destruição das comunidades sociais das sociedades primitivas e na apropriação de seus meios de produção, na imposição violenta do comércio aos países cuja estrutura social constituía um obstáculo à economia mercantil, na proletarianização forçada dos nativos e na instituição do trabalho assalariado nas colônias, na formação e extensão de áreas de influência do capital europeu (europeu em regiões não-europeias), na imposição de concessões de ferrovias a países atrasados, na execução das dívidas

resultantes de empréstimos internacionais do capital europeu e finalmente como instrumento da concorrência entre os países capitalistas visando a conquista de culturas não-capitalistas. (LUXEMBURG, 1985, p. 311).

Será possível desconhecer que o militarismo tem realmente um papel decisivo no processo de expansão mundial do capitalismo? Se observarmos os séculos XX e XXI, com certeza diremos não, pois o militarismo e a guerra sempre se fizeram presentes. São vários os exemplos: Cuba, Nicarágua, Panamá, Granada, Haiti, intervenções e golpes patrocinados pelo governo dos EUA, ingleses e franceses disputando o Oriente Médio, europeus partilhando a África, franceses na Indochina e na Argélia, ingleses na China e na Índia, estadunidenses na Coreia e no Vietnã, guerras nos Balcãs, duas Guerras Mundiais, criação do Estado de Israel e Guerra na Palestina, guerra no Golfo Pérsico/Arábico, invasões dos EUA e OTAN no Afeganistão, Iraque e Líbia, guerra total contra a Síria, novo ciclo de golpes em Honduras, Paraguai, Brasil e Bolívia, etc. São todos exemplos concretos de integração - através de intervenções militares - de regiões e países à lógica do mercado mundial capitalista e das grandes potências imperialistas. A política externa imperialista sempre foi acompanhada pela violência, pelo extremismo, pela intolerância e pela realização, a qualquer custo, dos objetivos estabelecidos.

Em *A economia mundial e o imperialismo* (1988), Bukhárin analisa o papel das guerras no processo que ele qualifica de “internacionalização do capital”. Afirma que “a guerra é um meio de reprodução de certas relações de produção”, e “a guerra de conquista é um meio de reprodução ampliada dessas relações”. (BUKHÁRIN, 1988, p. 05).

Outro autor que ficou bastante conhecido por estabelecer relações entre a política externa imperialista e a guerra foi Vladimir I. Lênin. Em seu livro *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, ele destaca as principais características desta fase do capitalismo: 1. a concentração e centralização do capital, gerando com isso os monopólios e oligopólios; 2. fusão entre o capital bancário e o capital industrial, resultando no surgimento do capital financeiro e de uma oligarquia financeira; 3. além da exportação de

mercadorias, ganha importância a exportação de capitais; 4. formação de uniões internacionais monopolistas de capitalistas que dividem o mercado mundial entre si; 5. partilha territorial do planeta entre as maiores potências capitalistas (LENIN, 1988, p. 88). Portanto, de acordo com Lênin:

[...] o imperialismo é o capitalismo chegando a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trusts internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo o território do globo entre as maiores potências capitalistas. (LENIN, 1988, p. 88).

Não pretendemos desconsiderar as inúmeras transformações que ocorreram no mundo desde o final do século XIX e início do século XX, mas é bastante prudente reconhecer a capacidade destes e de outros teóricos críticos do imperialismo em identificar as tendências do desenvolvimento mundial capitalista. Afinal de contas, Rosa Luxemburg publicou seu livro em 1912, Bukhárin em 1915, e Lênin em 1916. Podemos perceber que as características do imperialismo estão cada vez mais presentes na vida econômica e financeira atual, basta observar as constantes e quase diárias crises financeiras internacionais, ou então as várias fusões entre empresas e/ou bancos, constituindo os já apontados monopólios e oligopólios.

Sem dúvida alguma, o século XX foi o século do imperialismo, o século das guerras imperialistas, onde a população civil foi amplamente impactada pelas consequências das batalhas e dos acordos que deram fim aos conflitos. Decisões tomadas por governos inspirados numa política externa imperialista causaram genocídios, destruição de casas, bairros, vilas e cidades, campos de cultivo, hospitais, escolas, pontes, ferrovias e demais infraestruturas existentes nas regiões atingidas. Milhões de refugiados surgiram como resultado das novas configurações geográficas e geopolíticas nas relações internacionais. Entre 1914 e 1991 foram contabilizadas 187 milhões de mortes como resultado das guerras do século XX. Como afirma Emir Sader, somente na Primeira Guerra Mundial (1914-1918)

[...] morreram 8 milhões de soldados – o dobro do número de mortos em guerras nos 125 anos anteriores-, 9 milhões de civis e, logo depois da guerra, 6 milhões de pessoas morreram pela epidemia da gripe espanhola. Além disso, 20 milhões de pessoas ficaram inválidas, num quadro de vítimas em que, pela primeira vez em uma guerra, houve mais mortos civis do que militares. (SADER, 2000, p. 119-120).

O pensamento político imperialista busca justificar a dominação colonial e neocolonial, através do imperialismo econômico, que controla a economia das nações, da periferia e semiperiferia, consolida o poder das grandes corporações transnacionais e envia grandes quantidades de remessa de lucro para o exterior, para assegurar a acumulação ampliada de capital para a burguesia dos países centrais, estimulando os monopólios e oligopólios. Esse pensamento se torna orientação, uma recomendação e ação, e tem sido muito influente na definição da política externa, na diplomacia e nas decisões sobre política internacional, dissimulando ódio, instabilidade, extremismos de toda natureza e profunda intolerância com opinião ou posição política que contrarie seus interesses imediatos ou estratégicos. O imperialismo também tem sua face de dominação financeira. O imperialismo financeiro, através da dívida externa, consegue manter determinados países numa condição de submissão e subordinação, impedindo seu livre desenvolvimento econômico e impondo uma política de “ajuste estrutural” que retira recursos que poderiam ser utilizados em políticas sociais para que sejam pagos os juros criminosos gerados pelo processo de endividamento. O pensamento imperialista também leva nações capitalistas centrais a intervir de maneira contundente nas lutas políticas internas, interferindo em resultados eleitorais, patrocinando golpes de Estado, financiando candidatos e organizações da sociedade, fazendo desses instrumentos de seus interesses particulares. Essas são ações desse imperialismo político.

O imperialismo cultural tem sido outro campo de batalha de difusão desse pensamento conservador e extremista, criando inúmeros meios de comunicação e uma poderosa indústria do entretenimento, acompanhada de uma indústria cultural de caráter global, que tem reunido pesquisadores,

professores, escritores, atores, diretores de cinema, artistas de todas as áreas, rádios, editoras, livrarias, jornais, revistas e as diferentes redes sociais. Quantos filmes hollywoodianos não retratam de maneira desrespeitosa, racista e preconceituosa os mexicanos, os povos originários da América do Norte, os africanos, os chineses, os vietnamitas, os árabes (em especial os palestinos), etc. Filmes transformados em instrumentos de propaganda das ideias e valores explicita ou implicitamente pró-imperialistas.

Uma política externa influenciada por ideias pró-imperialistas sempre contribuirá para a manutenção de uma profunda desigualdade entre as nações. Eduardo Galeano, jornalista e escritor uruguaio, em seu clássico *As Veias Abertas da América Latina*, afirma que:

Para os que concebem a História como uma disputa, o atraso e a miséria da América Latina são o resultado de seu fracasso. Perdemos; outros ganharam. Mas acontece que aqueles que ganharam, ganharam graças ao que nós perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já se disse, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória alheia, nossa riqueza gerou sempre a nossa pobreza para alimentar a prosperidade dos outros: os impérios e seus agentes nativos (...) A força do conjunto do sistema imperialista descansa na necessária desigualdade das partes que o formam, e esta desigualdade assume magnitudes cada vez mais dramáticas. (GALEANO, 1978, p. 14).

Essa desigualdade entre as nações é algo próprio da expansão mundial capitalista em sua fase imperialista, agravada pela internacionalização do capital a partir de 1991, quando os EUA se aproveitam da situação favorável para desencadear novas guerras de conquista, aumentar o número de bases militares e de tropas pelo mundo e, para dar sustentação a essa decisão, aumentar seu orçamento militar. O Congresso e o Senado dos EUA, com amplo e massivo apoio e entusiasmo dos parlamentares Democratas e Republicanos, vão assegurar os recursos necessários para que suas tropas regulares, a Central de Inteligência Americana (CIA) e outras agências do governo possam atuar livremente na deposição de governos e destruição de nações.

IMPERIALISMO E ACORDO SYKES-PICOT (1916): MAIS DE CEM ANOS DE EXTREMISMO E TERROR NO ORIENTE MÉDIO

Assistimos à continuação de inúmeros conflitos e guerras na região da Ásia Ocidental, também conhecida como “Oriente Médio”. Guerras convencionais, onde os exércitos nacionais e suas articulações regionais/ internacionais movimentam-se em simultâneos campos de batalha; ou guerras não-convencionais, guerras híbridas, com organizações político-militares, milícias, diferentes expressões midiáticas com instrumentos de propaganda e operações de guerra psicológica, e a crescente presença dos serviços de inteligência. Um cenário mais complexo que as guerras, rebeliões e revoluções do século XX (BUZETTO, 2016, p. 169).

Durante a construção do Acordo Sykes-Picot, em 1916, quando os governos da França e Inglaterra pensavam o futuro diante da possível queda do Império Turco-Otomano, o capitão William Reginald Hall (chefe da Inteligência do Almirantado britânico) dizia ao diplomata Mark Sykes: “A força é a melhor propaganda entre os árabes” (HALL, 2008, apud FROMKIN, 2008, p. 219). Era o contexto de discussão sobre as possíveis concessões do governo britânico aos árabes, em especial às reivindicações de Hussein Ibne Ali, Xerife e Emir de Meca entre 1908 e 1924. Era o momento da construção de uma aliança entre ingleses e lideranças tribais árabes. O capitão Hall anunciava sua posição de enviar tropas britânicas para a Palestina e outras regiões, para assegurar os interesses de seu governo contra as forças políticas e sociais que disputavam os territórios árabes liberados da dominação turca.

Essa declaração revela uma tragédia anunciada, pois no século XX e início do século XXI milhares de soldados europeus e estadunidenses participaram de intervenções militares. Patrocinaram golpes de Estado, assassinatos de lideranças políticas, de presidentes, estimularam e praticaram atos terroristas contra a população civil e/ou membros de governos, infiltraram seus agentes em instituições governamentais, empresas e organizações políticas, sociais, culturais e religiosas, apoiaram veículos de comunicação. Aliaram seus interesses a grupos/ partidos subordinados a uma estratégia política de consolidação do poder imperialista no Oriente

Médio, especialmente nos territórios árabes, e em países importantes para a geopolítica regional, como a Turquia e o Irã (que não são árabes).

Com o Acordo Sykes-Picot, o imperialismo inglês e francês inaugura uma era de violência e terror contra a classe trabalhadora e as massas populares da Ásia Ocidental. Mark Sykes e François Georges-Picot firmaram um acordo secreto entre Inglaterra e França no dia 16 de maio de 1916.

Assim nasceu o mapa e a expressão Oriente Médio, fruto de uma intervenção militar imperialista, com o apoio de setores dirigentes da classe dominante árabe, lideranças tribais, iludidas pela ideia de uma futura independência e soberania, e agraciadas pela ampliação de seu poder político e econômico. Inglaterra assumia o controle da Palestina, Transjordânia e Iraque, e França do Líbano e Síria. O sonho de independência dos árabes era interrompido. Para:

[...] seus aliados da família Hussein, Londres ofereceria a Península Arábica. Os árabes não sabiam disso, pois esperavam criar uma grande nação, cujo centro seria justamente o Crescente Fértil, sendo a península um apêndice (...) A Síria e Líbano passaram a ser Mandato Francês em 1920 e os britânicos, através de seus Mandatos, colocaram os irmãos Faiçal e Abdallah, filhos de Hussein, nos tronos do Iraque e da Transjordânia, respectivamente. Na Península Arábica, o Xerife Hussein de Meca, aliado dos ingleses, foi derrotado militarmente por seu rival, Ibn Saud, da região e Nedj. Saud uniu as duas regiões (Hedjaz e Nedj) e expandiu seus domínios na península, criando, em 1932, um reino que mais tarde seria denominado Arábia Saudita. (VISENTINI, 2014, p. 8-9).

Algumas lições do Acordo Sykes-Picot: 1. A guerra de conquista, a violência e o terror são parte indispensável da política colonialista/imperialista; 2. A força (política, social militar e cultural) é elemento fundamental para a resolução de conflitos na região. Forças políticas e sociais com projeto estratégico de libertação nacional e/ou pelo socialismo devem construir pontes e alianças entre partidos, movimentos e governos, para fortalecer ideias e organizações populares, visando a alterar a correlação de forças e se contrapor à política imperialista; 3. O pacifismo

pequeno burguês e idealista não encontra terreno favorável no interior do Oriente Médio. Mas a defesa da paz deve ter forma e conteúdo, não pode ser a “paz dos cemitérios”, nem a paz da rendição e derrota das forças progressistas e populares que lutam contra os interesses das empresas e governos imperialistas e seus aliados. Muitos governantes falam de paz, mas pronunciam mais a palavra guerra, como Barak Obama no discurso do Nobel da Paz (BUZETTO, 2016, p. 170).

O pacifismo expresso das resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU) será ineficaz, se não existirem condições concretas de resistência. Líbia e Síria, dois exemplos: para se construir uma nação de paz, é necessário derrotar as forças que representam o imperialismo e sua política militarista e intervencionista.

EUA/UNIÃO EUROPÉIA/OTAN NO IRAQUE E NO AFGANISTÃO: UMA POLÍTICA PROGRAMADA DE DESTRUIÇÃO E PILHAGEM DE NAÇÕES E POVOS

Entre agosto de 1990 e fevereiro de 1991 explode a Guerra do Golfo, após o governo de Saddam Hussein ordenar a invasão do Kwait visando a “recuperar” território que historicamente pertencia ao Iraque. Acusando a Inglaterra de ter criado um país artificial após sua vitória contra o Império Turco-Otomano (1918), Saddam decidiu resolver uma série de conflitos com a monarquia vizinha através da guerra. Mas, “o imprevisível e o inesperado fazem parte do cotidiano das guerras e revoluções”, e toda guerra é acompanhada por certo grau de “incerteza” e “insegurança” (BUZETTO, 2004, p. 56-58) quanto aos seus desdobramentos.

Saddam também acusava o Kwait de atender os interesses do imperialismo estadunidense-britânico-francês, produzindo mais petróleo, para derrubar os preços no mercado mundial e atingir economicamente o Iraque. A invasão do Kwait mobilizou tropas dos EUA, Inglaterra, França, Arábia Saudita e Kwait contra o Iraque, numa coalizão que promoveu o maior bombardeio aéreo desde a Segunda Guerra Mundial. EUA, França e Inglaterra tiveram o apoio do Conselho de Segurança da ONU para forçar a retirada das tropas iraquianas. O início da batalha aérea demonstrava

que não bastava exigir a retirada do território do Kwait, mas destruir as forças armadas iraquianas. O Iraque atacou refinarias no Kwait e na Arábia Saudita, e enviou mísseis Scud contra Israel. As tropas estadunidenses iniciaram a contra-ofensiva também por terra. Entre 1991 e 2003 o Iraque foi bombardeado semanalmente pelos EUA e Inglaterra. O bloqueio econômico contra esta nação árabe e os bombardeios assassinaram cerca de 1 milhão de habitantes, entre eles 500 mil crianças. Cerca de 100 mil iraquianos morreram nos ataques de 1991 contra Bagdá. Nessa Guerra do Golfo, observa-se que o Iraque foi o primeiro país árabe a atacar Israel (desde 1973) e a supostamente inatingível monarquia pró-imperialista da Arábia Saudita. O ato de atacar esse país árabe revelou, mais uma vez, a natureza da política imperialista. Em vez de insistir numa solução negociada para os conflitos, com promoção de diálogos entre as partes envolvidas, buscando uma paz justa, os sucessivos governos imperialistas jamais permitem o desenvolvimento de uma saída política e diplomática quando o que está em jogo são seus interesses econômicos, geralmente disfarçados de “defesa da democracia” ou dos “direitos humanos”.

Entre 1991 e 1996 a guerra civil no Afeganistão levou ao poder os Talibans, antigos aliados dos EUA, da Árabia Saudita e do Paquistão na luta contra as tropas soviéticas, que chegaram ao país em 1978, através de um acordo de cooperação com o governo do Partido Democrático e Popular do Afeganistão. Com o fim da URSS (1991) e a conquista do poder em 1996, os Talebans foram reconhecidos pelos EUA. Fizeram reuniões com o presidente Bill Clinton, que visava a obter aprovação para um conglomerado de empresas liderado pela Union Oil Company of California (UNOCAL) construir um conjunto de oleodutos/gasodutos, entre Uzbequistão-Afeganistão-Paquistão-Mar da Arábia, entre Afeganistão-Paquistão-Oceano Índico e outro a partir do Turcomenistão (BANDEIRA, 2014, p. 82).

De 1996 a 2001 aumentam as tropas estadunidenses e da OTAN no Grande Oriente Médio, e novos conflitos desenvolveram-se no Afeganistão. O misterioso atentado terrorista contra as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque, e contra a Casa Branca e Pentágono, criaram as justificativas para mais uma operação militar cuja principal vítima foi

a população civil, ou seja, os não-combatentes. O governo dos EUA criou acusações fantasiosas sobre uma articulação entre Osama Bin Laden (conhecido aliado dos EUA na luta contra os soviéticos no Afeganistão) e Saddam Hussein (antigo aliado dos EUA na Guerra Irã-Iraque 1980-1988, mas desafeto político desde 1991). Outras falsificações foram incorporadas como verdade absoluta pela mídia empresarial internacional e até por setores considerados progressistas que queriam evitar “teorias conspiratórias”. O fato é que “Bin Laden sempre expressou seu ódio por Saddam Hussein” (FISK, 2007, p. 1410).

Duas impressionantes manipulações midiáticas da história da comunicação mundial podem ser destacadas: 1. O impacto dos aviões não derrubou as torres gêmeas. Segundo engenheiros envolvidos na construção do World Trade Center, os prédios suportariam a colisão. Uma sucessão de explosões destruiu as colunas de sustentação dos prédios, semelhante a uma implosão, amplamente conhecida por especialistas da construção civil, e testemunhada por bombeiros, policiais, trabalhadores do WTC e pessoas nas ruas, em diversas publicações; 2. Nunca houve um Boing 757 contra o Pentágono. As imagens das câmaras de segurança não foram divulgadas. A imagem de um posto de gasolina mostra uma grande explosão, mas nenhum avião. O mais provável é que tenha sido um míssil contra o Pentágono. Três livros são fundamentais para se compreender os eventos de 11 de setembro de 2001: *A grande guerra pela civilização: a conquista do Oriente Médio*, de Robert Fisk (2007), *Guerra e globalização: antes e depois do 11 de setembro* (2004), de Michel Chossudóvsky, e *11 de setembro de 2001: uma terrível farsa* (2003), de Thierry Meyssan (2003).

Em março de 2003, foi a invasão do Iraque, seguida do assassinato do presidente Saddam Hussein. Os EUA tinham na região 225 mil soldados, 5 porta-aviões, 990 aviões, 150 navios, 900 tanques e milhares de bombas e mísseis. O Reino Unido contava com 45 mil soldados, 1 porta-aviões, 30 navios e 510 tanques (BUZETTO, 2004, p. 56). Saddam Hussein apresentava-se como uma liderança antiimperialista, mas sempre foi um personagem repleto de contradições. Entre 1973 e 1980 firmou acordos com a URSS, mas mesmo os comunistas pró-soviéticos no Iraque eram perseguidos, presos e assassinados pelas forças do governo. E isso

aconteceu antes e após a integração do Partido Comunista Iraquiano à Frente Nacional Progressista, uma união de partidos liderada pelo Partido Nacionalista Socialista Árabe (Baath), cujo presidente era Saddam (ALI, 2003, p. 127). Curdos e xiitas também foram alvos da repressão.

As tropas da OTAN foram derrotadas no Afeganistão e no Iraque. Fracassaram na tentativa de obter o controle da produção e comercialização de gás e petróleo. Fracassaram também na conquista do território, indispensável para a colonização/recolonização desses dois países pelas forças imperialistas da OTAN.

Os povos do Afeganistão e Iraque pagaram um preço altíssimo. Os dois países invadidos estão hoje mais próximos do Eixo Irã-Rússia-Síria do que do Eixo EUA-Arábia Saudita-Paquistão. A OTAN promoveu uma destruição econômica, social, política, militar e cultural, com consequências humanitárias indescritíveis, sem qualquer disposição de reparação pelos governos responsáveis por essa tragédia. A ONU sequer se manifesta sobre algum julgamento por tortura, genocídio ou crimes de guerra praticados pelas forças da OTAN, mesmo depois de contundentes e numerosas provas, com fotos e filmagens de soldados praticando violações de direitos contra prisioneiros e população civil. Nada disso foi suficiente para a ONU levar a OTAN para o Tribunal Penal Internacional.

A impunidade só estimulou a OTAN a reproduzir os mesmos crimes na Líbia e na Síria. A destruição do Afeganistão e Iraque pelas forças da OTAN criou as condições favoráveis para o surgimento e desenvolvimento de grupos e organizações terroristas com os mais distintos interesses, geralmente financiados pelas forças da própria OTAN e seus aliados na região, em especial Arábia Saudita e monarquias árabes, Turquia e Israel.

SIONISMO E IMPERIALISMO NA PALESTINA: A IMPLANTAÇÃO DE UM REGIME BASEADO NO APARTHEID, NA LIMPEZA ÉTNICA E NO GENOCÍDIO

A Palestina é um território de 27.000 km² que se localiza entre o Egito, Líbano, Síria e Jordânia, tendo um vasto litoral com saída para o Mar Mediterrâneo. Pelo sul da Palestina chega-se ao Golfo de Ácaba,

que levará qualquer navegante ao Mar Vermelho, Golfo de Áden, Mar da Arábia, Golfo de Omã e Oceano Índico. Do ponto de vista econômico, político e militar, sua localização é estratégica. Pelo mapa mundial desenhado pelos europeus, a Palestina fica no centro do mundo, entre a África e a Ásia, e bem próxima da Europa. A região também sempre foi importante rota comercial terrestre e marítima. A Palestina adquire cada vez mais importância estratégica para o colonialismo europeu à medida que o capital comercial e industrial inglês e francês necessitam expandir sua atuação para além das fronteiras nacionais (BUZETTO, 2019, p. 47).

A Palestina é incorporada/integrada pela força da violência colonialista ao processo de internacionalização do capital, movimento que se intensifica durante o final do século XIX e os primeiros quarenta anos do século XX, período de pleno desenvolvimento da Segunda Revolução Industrial nos países centrais do capitalismo. Importante destacar que, assim como outros países da Ásia, África e América Latina, a Palestina será integrada a este processo de maneira submissa, subordinada aos interesses de potências regionais que passavam por um processo de transição para o capitalismo (apesar da coexistência com formas pré-capitalistas de exploração do trabalho e de organização da propriedade) e/ou potências imperialistas em explícita ofensiva política e militar na região conhecida como “Oriente Próximo” ou “Oriente Médio”.

Durante o final do século XIX a Palestina estava sob o domínio do Império Turco-Otomano. Na Europa e na Rússia cresce o número e a força de grupos que perseguiram os judeus (“pogroms”). Também nesse período surge um movimento nacionalista judaico chamado Sionismo, que adota esse nome em referência a uma colina de Jerusalém (Sion) onde havia sido construído o Templo de Salomão. Um dos fundadores do movimento sionista foi Theodor Herzl (1869-1904). Herzl nasceu em Budapeste e estudou em Viena, duas cidades importantes do então Império Austro-Húngaro. Vinha de uma família de banqueiros, e elaborou sua concepção nacionalista judaica num livro chamado O Estado Judeu, publicado em 1896. Em 1897, Herzl e outros adeptos do Sionismo se reúnem no I. Congresso Sionista, em Basileia, na Suíça. Deste encontro nasce a Organização Sionista Mundial. A resolução final do Congresso

falava da criação de um “lar nacional para os judeus”, algo que já estava presente no livro de Herzl, apontando a Argentina ou a Palestina como os locais mais favoráveis para a realização de tal empreendimento. A partir daí os sionistas correram o mundo para angariar recursos financeiros e apoio político para sua proposta. Herzl e seus seguidores vão estabelecer contatos com os governos da Inglaterra, da Alemanha, com o Império Turco-Otomano, com banqueiros, industriais e comerciantes judeus e não-judeus, visando fortalecer a ideia da necessidade de um “lar nacional”. A comunidade judaica europeia se divide, e nem todos apoiam a ideia sionista, mas esse movimento consegue o apoio da burguesia judaica e de setores importantes da burguesia não-judaica europeia.

Em seu livro Herzl já afirmava sua preferência pela Palestina, que chamava de “pátria histórica” dos judeus, e dizia que o Estado Judeu seria, “para a Europa, um pedaço de fortaleza contra a Ásia, seríamos a sentinela avançada da civilização contra a barbárie” (HERZL, 1988, p. 66). Tal afirmação comprova o vínculo entre sionismo e imperialismo, pois o objetivo de Herzl era obter o apoio das potências imperialistas que dominavam o mundo e, em especial o Oriente Médio, para que a Palestina fosse entregue a um setor da burguesia judaica e, assim, se transformasse numa fortaleza militar contra o avanço do nacionalismo árabe e de possíveis movimentos anti-imperialistas, que cresciam no período pós-Primeira Guerra Mundial, especialmente como resultado da vitória da Revolução Russa de 1917. Para uma melhor compreensão do contexto histórico da época, não podemos menosprezar a influência e o impacto da Revolução Russa e da construção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na política internacional. Aliado a estes dois importantes acontecimentos históricos, o surgimento da IIIa Internacional, também conhecida como Internacional Comunista (1919-1943), contribuiu para alterar a correlação de forças no mundo oriental. São de conhecimento público as preocupações do imperialismo europeu-ocidental e estadunidense com o aparecimento dessa nova força política, militar e cultural com apoio e influência não só na Ásia, mas em todo o planeta. A URSS reuniu 15 repúblicas: Rússia, Ucrânia, Bielo-Rússia, Uzbequistão, Cazaquistão, Geórgia, Azerbaijão, Lituânia, Moldávia, Letônia, Quirguistão, Tajiquistão, Armênia, Turcomenistão e

Estônia. Nas suas fronteiras estavam nações onde os interesses geopolíticos da França, da Inglaterra e dos EUA se faziam presentes, seja através de acordos militares, compra de armas e equipamentos da indústria bélica, ou através de apoio diplomático e tratados comerciais. No entorno da URSS estavam Turquia, Irã, Afeganistão, Paquistão, China, Mongólia, Coreia e Japão. Além de países europeus como Finlândia, Noruega, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia e Bulgária. Entre 1917 e 1921 Lenin e a IIIª Internacional acreditavam que os povos do Oriente estavam vivendo uma situação - em muitos casos - revolucionária, ou seja, favorável ao início de um processo de luta eminentemente anti-imperialista e anticapitalista, que se deslocava rapidamente dos países centrais para os chamados países “coloniais, semicoloniais e dependentes” (BUZETTO, 2003, p. 59).

É possível observar que a cada dia aumentava a necessidade dos países centrais do capitalismo de dominar, pela força militar, política e/ou econômica, essa parte do mundo. Esta expansão imperialista rumo aos povos orientais aparece como exigência fundamental do processo de acumulação ampliada do capital em escala mundial. O que fica evidente nesse debate leniniano sobre a questão nacional (realizado no interior da Internacional Comunista) é que, nas fronteiras da URSS, em especial na Ásia, palavras como o “direito das nações à autodeterminação, independência nacional, libertação nacional” assumem - ou melhor, poderiam assumir - um caráter proletário e anticapitalista. A expansão do comunismo – “movimento comunista internacional” - e a força cultural e política do islamismo tornam-se o centro das preocupações de diplomatas, generais e estrategistas imperialistas que se dedicavam ao estudo da conjuntura política na Ásia Ocidental. Portanto, o **sionismo é uma corrente política nacionalista judaica que serviu como linha auxiliar do colonialismo/imperialismo desde o seu nascimento até seu ápice, que ocorre com a criação do Estado de Israel**, cinquenta e um anos depois da fundação da Organização Sionista Mundial. De 1948 até os dias atuais deixou de ser somente a linha auxiliar do imperialismo no mundo árabe e no mundo muçulmano. **O sionismo tornou-se a vanguarda, a linha de frente, a tropa de choque dos EUA, França e Inglaterra na confrontação com qualquer movimento de caráter antiimperialista, seja de natureza comunista ou islâmica.**

Todo e qualquer pensamento sionista torna-se, inevitavelmente, nas lutas políticas e sociais, uma posição pró-colonialista, pró-imperialista, que vai buscar justificativas para a política racista de apatheid, genocídio e limpeza étnica conduzida por todos os governos do “Estado de Israel” contra os palestinos. O sionismo e sua entidade política vão manter uma aliança estratégica com EUA, OTAN e União Europeia para vigiar/monitorar, perseguir/reprimir, isolar ou mesmo eliminar/destruir qualquer partido, movimento, liderança, organização ou governo que seja considerado uma ameaça aos interesses desse conjunto de forças que tem dado sustentação política, diplomática e militar a Israel desde a sua criação.

Com a derrota do Império Turco-Otomano na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), França e Inglaterra invadem o Oriente Médio e dividem entre si a região, ficando a Palestina sob o domínio britânico de 1918 a 1948. Nesse período o movimento sionista está consolidado, e sua ambição de construir um “lar nacional para os judeus” na Palestina ganha ainda mais apoio, principalmente após o massacre de judeus pelos nazistas na Europa da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Criam-se, então, as condições favoráveis para a realização da profecia que Herzl e seus seguidores elaboraram em 1897: criar o “Estado Judeu” em cinquenta anos (BUZETTO, 2019, p. 48). Durante vários séculos os judeus haviam passado por um processo de assimilação, ou seja, haviam se integrado na comunidade nacional de vários países. Trabalhavam, estudavam, participavam da vida política, econômica, social e cultural de onde viviam, e muitos também se envolviam nas lutas por justiça, democracia, igualdade e em defesa dos trabalhadores contra a exploração do capital e do capitalismo. O Movimento Sionista divide a comunidade judaica e vai iniciar uma propaganda em defesa de um nacionalismo burguês conservador e com um conteúdo racista e antidemocrático. Basta ver a proposta de organização política do Estado Judeu defendida por Herzl. Diz ele: “Considero a monarquia democrática e a república aristocrática como as mais belas instituições políticas (...) Sou amigo convencido das instituições monárquicas porque elas tornam possível uma política permanente e representam o interesse ligado a conservação do Estado de uma família historicamente ilustre, nascida e educada para reinar” (HERZL, 1998, p.

111-112). Sua posição elitista e antidemocrática considera “o referendun como absurdo, pois, em política, não há questões simples que possamos resolver por um sim ou por um não. Aliás, as massas são ainda piores do que os parlamentos (grifo nosso) (...) Diante de um povo reunido, não podemos fazer nem política exterior nem política interior (...) A política deve ser feita do alto” (HERZL, 1998, p. 112).

Apesar de existirem diversas correntes políticas no interior do próprio sionismo, as posições políticas que se tornaram hegemônicas ao longo do século XX foram as mais conservadoras e pró-imperialistas. Essa ideologia conservadora serviu de base para a instauração do “Estado de Israel”. No interior do sionismo existiram expressões ideológicas de um certo “socialismo étnico-utópico” (YANNI, 2019, apud BUZETTO, 2019, p. 22), mesmo esses acabaram flertando com o colonialismo/imperialismo, criando partidos adeptos do Trabalhismo ou da Social-Democracia europeia, muitos filiados à Internacional Socialista (chamada, pelos comunistas, de herdeira dos reformistas da Ilo Internacional), que sempre apoiou a criação do Estado de Israel. Ao chegar ao governo, essa autointitulada “esquerda sionista” tornou-se mais um algoz do povo palestino.

Em vários países do mundo (incluindo o Brasil), no interior da comunidade judaica, essa força política que se autodenomina “esquerda sionista” são uma minoria que se transformou na face simpática e “politicamente correta” do sionismo. Cumprem um papel importante para o Estado colonialista israelense, pois são instrumentos voluntários de propaganda da ideia de que “Israel é a única democracia no Oriente Médio”.

Comprender o conteúdo racista, colonialista e conservador do sionismo é fundamental para que possamos explicar a posição atual do governo de Israel em relação ao povo palestino. Três ideias foram fundamentais para convencer milhares de judeus a emigrar para a Palestina: 1) que a Palestina era uma “terra sem povo” e os judeus eram um “povo sem terra”; 2) que a Palestina é a “pátria histórica” dos judeus; 3) que os judeus são o “povo eleito” por Deus. Esse fundamentalismo judaico-sionista estimulou a utilização de métodos violentos para expulsar as comunidades não-judaicas das terras da Palestina. Essas ideias fizeram

com que banqueiros e grandes empresários judeus contribuísssem para a criação da Companhia Judaica, empresa de colonização com o objetivo de comprar terras para instalar colônias judaico-sionistas na Palestina. Durante os anos 20 e 30 do século XX o crescimento dessas colônias deu início a uma série de conflitos entre judeus sionistas e árabes-palestinos. Nos anos 40 o movimento sionista começa a organizar grupos terroristas como o Irgun, Stern e Haganah, que fazem ações armadas e atentados contra a população árabe-palestina, com a intenção de intimidá-los e fazer com que abandonem seus lares, suas propriedades e suas aldeias.

O Sionismo se organiza de diversas maneiras: **1)** politicamente: através de várias organizações nacionais e internacionais que visam buscar apoio político de governos para seu projeto colonialista; **2)** economicamente: buscando recursos financeiros de empresários e banqueiros judeus e não-judeus para a instalação de colônias na Palestina; **3)** militarmente: organizando grupos terroristas/paramilitares para espalhar o pânico entre a população árabe-palestina, grupos que, depois de 1948, se transformam nas Forças Armadas de Israel; **4)** culturalmente: através da difusão, pela indústria cultural, de ideias que buscam justificar a dominação territorial da Palestina e o direito “histórico e sagrado dos judeus” de ocupar aquela região.

A grande vitória do sionismo foi a criação do Estado de Israel, em 1948, e seu reconhecimento pela ONU, em 1949, apesar de vários massacres cometidos pelo recém-criado Exército de Defesa de Israel contra a população civil palestina, e a conseqüente destruição de suas vilas e aldeias, o que causou a tragédia dos refugiados. Em dezembro de 1949 já existiam 750 mil famílias de refugiados palestinos. O chamado “Estado de Israel”, uma entidade política sionista, tem se destacado como o país que mais violou as regras e tratados do direito internacional, desrespeitando inúmeras resoluções da ONU e tornando como alvos de seus ataques a população civil, seja em Gaza, em Jerusalém ou em qualquer outra parte da Palestina ocupada. Se na história da constituição da entidade sionista conhecida como “Israel” é evidente os vínculos desse colonialismo com o imperialismo britânico, francês e estadunidense, a novidade desde os anos setenta e oitenta do século XX é a aproximação e a consolidação de laços de cooperação entre o sionismo e o governo wahhabista da Arábia Saudita,

seja na luta contra a República Islâmica do Irã, após fevereiro de 1979, ou na guerra contra a República Árabe Síria, desde 2011.

O WAHHABISMO: UMA DOCTRINA ESTIMULADORA DO ÓDIO E DA INTOLERÂNCIA

A mídia empresarial ocidental divulgou amplamente as imagens da ocupação de territórios do Iraque e da Síria por milícias formadas por membros do Estado Islâmico do Iraque e Síria (ISIS). Em cada vila ou cidade dominada por essa organização terrorista tinha início uma intensa perseguição contra cristãos, muçulmanos xiitas ou sufistas, curdos, yazidis (uma comunidade étnico-religiosa curda) e qualquer outra pessoa ou comunidade considerada como “infiel” ou “traidores do islã”. Também autoridades locais e apoiadores dos governos sírio e iraquiano tornavam-se, imediatamente, inimigos principais. Essa violência e essa intolerância nas ações do ISIS tem um fundamento teórico, e se ampara numa doutrina conhecida por muitos muçulmanos como salafismo ou wahabismo. Salafistas e wahhabistas são correntes de pensamento no interior do islã sunita, com uma interpretação muito própria dos ensinamentos do Profeta Maomé. Buscando um retorno àquilo que consideram as autênticas fontes da fé muçulmana. São admiradores do comportamento das gerações de muçulmanos que vieram logo depois da morte do profeta, onde se estabeleciam regras, leis e normas que fortaleciam um compromisso moral dos indivíduos com os princípios existentes no Alcorão, o livro sagrado.

O chamado wahhabismo está amplamente representado, nos últimos noventa anos, pelo governo da Arábia Saudita, que patrocina a difusão desse pensamento conservador no interior das comunidades muçulmanas de todo o mundo. Sua origem está associada às concepções de Muhammad ibn Abd al-Wahhab (1703-1792). Ele pregava

[...] um retorno ao islã primitivo do Profeta e repudiou evoluções posteriores como o xiismo, o sufismo, a falsafah e a jurisprudência (fiqh), a que todos os outros ulemás muçulmanos se subordinavam. Ele ficava particularmente aflito com a veneração dos homens santos e de seus túmulos, que condenava como idolatria. Mesmo assim, o wahabismo

não era inerentemente violento; na verdade, Ibn Abd al-Wahhab se recusara a legitimizar as guerras de seu patrono, Ibn Saud de Najd, porque ele combatia simplesmente por riqueza e glória. Foi só depois da aposentadoria de Ibn Abd al-Wahhab que os wahhabis se tornaram mais agressivos, chegando ao ponto de destruir o templo do Imã Hussein na cidade de Karbala, em 1802, e monumentos na Arábia ligados a Maomé e seus companheiros. Também nesse período, a seita declarou que os muçulmanos que não aceitassem as doutrinas deles eram infiéis. (ARMSTRONG, 2016, p. 394-395).

Segundo Karen Armstrong, em seu livro *Campos de sangue: religião e a história da violência*, a partir do início do século XIX os “wahhabi incorporam os escritos de Ibn Taymiyyah a seu cânone, e a *takfir*, ato de declarar outro muçulmano como um descrente, que o próprio Ibn Abd al-Wahhab rejeitara, se tornou central em sua prática” (ARMSTRONG, 2016, p. 395). Em muitos lugares os wahhabistas são chamados de “takfiri”, pois são aqueles muçulmanos que criam alguma discórdia no interior da comunidade, acusando outros de serem infiéis ou apóstatas (que renegam a sua fé). Para os wahhabistas a apostasia deve ser punida com a morte. Por isso as organizações ou governos influenciados por este pensamento encontram justificativas para as atrocidades cometidas pelo ISIS ou outros grupos terroristas wahhabistas, como a destruição de mesquistas, templos, locais de adoração de santos populares para cristãos e muçulmanos do interior do Iraque ou Síria. Ou ainda os castigos físicos, como chibatadas em praça pública, amputação das mãos de pessoas acusadas de roubo, crucificação e outras torturas aplicadas em cidades e vilas ocupadas por wahhabistas. Sem esquecer da aplicação da pena de morte, por fuzilamento, enforcamento ou cortando a cabeça do condenado. Essas cenas chocaram uma parte do mundo, principalmente entre 2011 e 2014, quando da ofensiva do ISIS no Iraque e Síria.

O wahhabismo tem sido amplamente difundido pelas madrassas (escolas), financiadas pela Arábia Saudita por todo o mundo. A Liga Mundial Islâmica, com sede em Riad, tem patrocinado a construção de

mesquitas e centros islâmicos, e tem estimulado a participação de jovens sauditas em guerras e conflitos contra governos não-muçulmanos (caso da luta contra a URSS no Afeganistão) ou contra governos considerados infiéis (caso da luta dos wahhabistas contra a Síria e Iraque). Essa propaganda que a Arábia Saudita faz em “defesa dos muçulmanos de todo o mundo” também faz parte de uma tentativa do governo dessa monarquia petroleira de desviar o olhar da população para os problemas internos do país, visando obter apoio popular para o enfrentamento de um inimigo externo, através de uma jihad internacional contra os infiéis e apóstatas (ARMSTRONG, 2016, p. 396).

É importante salientar que, assim como no cristianismo existem seitas neopentecostais conservadoras que deturpam as palavras e os ensinamentos de Jesus Cristo, e que se associam a partidos e governos de direita e extrema-direita, ou à milícias do crime organizado (como ocorre aqui no Brasil, especialmente no Estado do Rio de Janeiro), o wahhabismo é uma deturpação dos ensinamentos do Profeta Maomé. Por exemplo, “embora o Alcorão de fato exija que os muçulmanos saiam em defesa de seus irmãos, a lei da Charia proíbe a violência contra civis, o uso do fogo na guerra e qualquer ataque a um país onde os muçulmanos possam praticar livremente sua religião” (ARMSTRONG, 2016, p. 408). Enfim, o wahhabismo quer a volta do islã da época dos Califas, sem nenhuma das inovações ocorridas posteriormente, como o xiismo (SALGADO, 1999, p. 257).

Certa vez o erudito islâmico fundador desta doutrina, Mohammad Ibn Abd al-Wahhab, em seu vilarejo de Al-Uyaina, em Négedo, região central da Península Arábica (atual Arábia Saudita), surpreendeu a todos ordenando a execução, em praça pública, de uma mulher adúltera, algo incomum para os habitantes daquela localidade. Esta e outras atitudes agressivas e em desacordo com os verdadeiros fundamentos do islamismo levaram à sua expulsão e desterro. Mas o jovem teólogo encontrou apoio no vilarejo vizinho, de Al-Diriyya, governado por Mohammad Ibn Saud. Essa aliança seria fundamental para dar origem ao wahhabismo, que foi esse encontro de um conjunto de ideias de um jovem teólogo muçulmano com um membro da elite local em condições de dar abrigo e apoio

econômico e político para essa nova interpretação do Alcorão (ROGAN, 2010, p. 91). Tal cooperação foi decisiva, pois conseguiu transformar as ideias em ações concretas, em leis, decretos e na formação de uma primeira geração de seguidores e combatentes, que fizeram da espada o instrumento principal para impor sua concepção de mundo. Aqui está a raiz ideológica de organizações terroristas como Al-Qaeda e ISIS. Interessante lembrar que, no Ocidente, os meios de comunicação de massa e a industrial cultural, em especial estadunidense, sempre apresentaram os muçulmanos xiitas como sendo um exemplo de intolerância e extremismo, fazendo com que, em países como o Brasil, a expressão “xiita” esteja associada a alguém que não deseja o diálogo, alguém com quem é impossível conversar, pois seria uma pessoa muito extremista e intransigente. Não vemos nenhuma iniciativa ou disposição na mídia empresarial ocidental de explicar que o wahhabismo tem origem no interior do islã sunita, e é a fonte de grande parte da violência existente em países como Afeganistão, Iraque, Síria ou Líbia, Também não iremos encontrar nenhuma referência sobre os laços intrínsecos e umbelicais entre o governo da monarquia saudita e a difusão do terrorismo pelo mundo.

Entre 1744 e 1765 o wahhabismo se concentrava nos oásis da região central de Négede. Mas a partir de 1780 é possível perceber a expansão dessa doutrina até as fronteiras otomanas do Iraque e Hejaz. O wahhabistas

[...] prossiguieron su cruzada de conquista, hasta que en el año 1802 se adentraron por primera vez en territorio otomano al atacar la ciudad sagrada de Kerbala, en el Irak meridional. Kerbala ocupa una posición muy especial en el islam chiita, ya que fue en esta población donde las fuerzas del califa omeya dieran muerte a Hussein ben Ali, nieto del profeta Mahoma, en 680 d. C. Al martirizado Hussein se le tiene en gran veneración, ya que es el terceiro de los doce dirigentes infalibles, o imanes, del sistema chiita (...) El ataque que los wahabíes dirigieron contra la ciudad de Kerbala fue de una brutalidade escalofriante. (ROGAN, 2010, p. 94-95).

Os relatos dos sobreviventes falam de destruição do túmulo e da mesquita principal, que possuía uma cúpula dourada. Todos os locais

de adoração ao martírio do Imã Hussein foram violados, e os objetos e oferendas levados pelos milhares de peregrinos, que adornavam vários locais foram destruídos ou saqueados pelos wahhabistas. Pessoas foram assassinadas em suas casas e no mercado, e muitas foram degoladas. Ao final, cerca de dois mil mortos, entre homens, mulheres, idosos e crianças, todos desarmados, pois se tratava de um local sagrado, de peregrinação, onde se proibia, segundo o próprio Alcorão, fazer a guerra. Seu “fanatismo llevó a los wahhabíes a destruir los lugares de veneración popular, por ejemplo, árboles sagrados y mausolés de personalidades musulmanes tenidos por santos. Justificaban dichos comportamientos en la preservación del monoteísmo puro contra la idolatría (TAMAYO, 2009, p. 277-278).

Em 1803 o comandante saudita Saud ibn Abdel-Aziz penetrou em Hejaz, depois em Meca. Entre 1803 e 1807 os wahhabistas vão conquistar e estabelecer o controle de Meca e Medina, e irão adotar leis bastante restritivas para seus habitantes, bem como interromper e proibir a entrada de caravanas de peregrinos que vinham de todas as regiões onde prevalecia o islamismo. A música, a decoração dos locais sagrados, as roupas dos viajantes, tudo era motivo para que os wahhabistas se sentissem ofendidos por aqueles que não seguiam, segundo essa doutrina deturpadora do islã, o verdadeiro caminho da fé muçulmana (ROGAN, 2010, p. 94-95). Imagens semelhantes à destruição de Kerbala, em 1802, foram vistas no Iraque e Síria, quando da ofensiva do ISIS, entre 2011 e 2015. Como é facilmente comprovado:

[...] ao longo dos séculos XIX e XX, os wahhabistas trabalharam com a família de Saud para unificar os povos que viviam na península Arábica sob uma única religião e autoridade política. O esforço culminou na criação do atual Estado da Árabia Saudita e os governos sauditas continuam a ter, até hoje, uma relação estreita com as autoridades religiosas wahhabistas. (BERGER; STERN, 2015, p. 304).

Portanto, podemos concluir que não é o islã xiita o fator gerador de instabilidade, extremismo ou violência na região conhecida como Oriente Médio, Grande Oriente Médio ou Ásia Ocidental. Como bem salienta

Patrick Cockburn, em seu livro *A origem do Estado Islâmico: o fracasso da “guerra ao terror” e a ascensão jihadista*, não é só o poder econômico e financeiro da Arábia Saudita que explica o surgimento de organizações terroristas na região, mas:

[...] seu papel na propagação do wahabismo, a versão fundamentalista do Islã, nascida no século XVIII, que impõe a lei da sharia, relega as mulheres o papel de cidadãs de segunda classe e enxerga os xiitas e sufistas como não muçulmanos, que devem ser tão perseguidos quanto cristãos e judeus (...) Por exemplo, há poucos anos, o saudita que montou um website em que clérigos podiam ser criticados foi condenado a mil chibatadas e sete anos de prisão. A ideologia da Al-Qaeda e do ISIS é em grande parte originária do wahabismo (...). (COCKBURN, 2015, p. 46-47).

Infelizmente, “la mayoría de la población saudí pertenece ala corriente wahhabi” (TAMAYO, 2009, p. 278). O pensamento imperialista, a ideologia sionista e a doutrina wahhabista são responsáveis pela situação de instabilidade permanente na Ásia Ocidental/Oriente Médio e entorno. Existem convicções e amplas provas que permitem afirmar que “foram os EUA, a Europa e seus aliados regionais na Turquia, Arábia Saudita, Qatar, Kwait e Emirados Árabes que criaram as condições para a ascensão do ISIS. Eles sustentaram um levante sunita na Síria, que se espalhou para o Iraque. Mantiveram a guerra na Síria, embora fosse óbvio, desde 2012, que Assad não cairia” (COCKBURN, 2015, p. 49). Não é exagero incluir a entidade sionista (“Estado de Israel”) nessa coalizão extremista e violenta, pois a aviação israelense tem se destacado como a “Força Aérea do ISIS”. É impressionante verificar que, em muitos momentos do conflito na Síria, quando as tropas e milícias do ISIS se encontravam encurraladas, com dificuldade de mobilidade ou para romper o cerco imposto pelo Exército Sírio, Hezbollah ou a Guarda Revolucionária iraniana, aviões israelenses atacavam as posições do Eixo da Resistência, destruíam blindados e tanques sírios, e assim, ajudavam o ISIS a encontrar um caminho para recuar e reagrupar suas unidades de combate. O ISIS retribuiu até agora essa solidariedade israelense, não realizando nenhum atentado ou operação contra aquele que é o principal aliado dos EUA na região.

Concluimos nossa reflexão desejando e acreditando que um dia viveremos num mundo onde as relações internacionais sejam baseadas na paz, na justiça, na cooperação e na solidariedade entre povos e nações, pois já existirá uma sociedade sem colonialismo, sem imperialismo e onde ideologias baseadas na intolerância e na violência não encontrem mais respaldo de governos ou populações. Já não será mais o mundo do capital e do capitalismo.

REFERÊNCIAS

- ALI, T. *Bush na Babilônia: a Recolonização do Iraque*. São Paulo: Record, 2003.
- ARMSTRONG, K. *Campos de Sangue: religião e a história da violência*. São Paulo: Cia das Letras, 2016.
- BANDEIRA, L. A. M. *A Segunda Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- BERGER, J.M.; STERN, J. *Estado Islâmico: Estado de Terror*. Amadora: Vogais, 2015.
- BUKHARIN, N. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- BUZETTO, M. A batalha da Síria e a nova geopolítica do Oriente Médio. *Novos Rumos*, Marília, v. 56, n. 01, 2019a.
- BUZETTO, M. *A Questão Palestina: guerra, política e relações internacionais*. 2. reimp. São Paulo: Expressão Popular, 2019b.
- BUZETTO, M. As guerras de libertação nacional e o processo de expansão mundial do capital. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 10/11, 2004.
- BUZETTO, M. As lutas sociais e políticas no Grande Oriente Médio: entre as guerras imperialistas e a resistência popular. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 37, 2016.
- CHOSSUDOVSKY, M. *Guerra e globalização: antes e depois do 11 de setembro de 2001*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- COCKURN, P. *A origem do Estado Islâmico: o fracasso da “guerra ao terror” e a ascensão jihadista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.
- FISK, R. *A grande guerra pela civilização: a conquista do Oriente Médio*. São Paulo: Planeta, 2007.
- FROMKIN, D. *Paz e guerra no Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

- HERZL, Theodor. *O Estado Judeu*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.
- LENIN, V. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1988.
- LUXEMBURG, R. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MEYSSAN, T. *11 de setembro de 2011: uma terrível farsa*. São Paulo: Usina do Livro, 2003.
- ROGAN, E. *Los Árabes: del Imperio Otomano a la actualidad*. Barcelona: Crítica, 2010.
- SADER, E. *Século XX: uma biografia não-autorizada: o século do imperialismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SALGADO, F. *Vocabulario de historia árabe y islámica*. Madrid: AKAL, 1999.
- TAMAYO, J. J. *Islam: cultura, religión y política*. Madrid: Trotta, 2009.
- VISENTINI, P. G. *O grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2014.

